SUMÁRIO

NOTA À 3ª EDIÇÃO 23
PREFÁCIO 25

Capítulo I 29
LINHAS INTRODUTÓRIAS 29
1. Direito Processual Penal 29
1.1. Conceito e finalidade 30
1.2. Características 30
1.3. Posição enciclopédica 31
2. Entendendo o tema 31
2.1. Interesse 31
2.2. Pretensão 31
2.3. Lide 31
2.4. Ação 32
2.5. Processo 32
2.5.1. Procedimento (aspecto objetivo do processo) 32
2.5.2. Relação jurídica processual (aspecto subjetivo do processo) 33
3. Sistemas processuais 34
3.1. Sistema inquisitivo 34
3.2. Sistema acusatório 34
3.3. Sistema misto ou acusatório formal 35
4. Fontes 35
4.1. Conceito 35
4.2. Classificação 36
5. Analogia 36
5.1. Conceito 37
5.2. Espécies 37
6. Interpretação da Lei Processual 37
6.1. Quanto à origem ou ao sujeito que a realiza 39
6.2. Quanto ao modo ou aos meios empregados 39
6.3. Quanto ao resultado 40
7. A Lei Processual Penal no Tempo 41
8. A Lei Processual Penal no Espaço 44
9. Princípios processuais Penais 44
9.1. Princípio da presunção de inocência ou da não-culpabilidade 46
9.2. Princípio da imparcialidade do juiz 47
9.3. Princípio da igualdade processual 47
9.4. Princípio do contraditório ou bilateralidade da audiência 47
9.5. Princípio da ampla defesa 47
9.6. Princípio da ação, demanda ou iniciativa das partes 48
9.7. Princípio da oficialidade 48
9.8. Princípio da oficiosidade 48
9.9. Princípio da verdade real 48
9.10. Princípio da obrigatoriedade 49
9.11. Princípio da indisponibilidade 49
9.12. Princípio do impulso oficial 49

9.13. Princípio da motivação das decisões 49
9.14. Princípio da publicidade 50
9.15. Princípio do duplo grau de jurisdição 51
9.16. Do juiz natural 51
9.17. Do promotor natural ou do promotor legal 51
9.18. Princípio do devido processo legal 52
9.19. Princípio do *favor rei* ou favor réu 53
9.20. Princípio da economia processual 53
9.21. Princípio da oralidade 53
9.22. Princípio da autoritariedade 54
9.23. Princípio da duração razoável do processo penal 54
9.24. Princípio da proporcionalidade 55
9.25. Princípio da inexigibilidade de auto-incriminação 58
10. Quadro Sinótico 59
11. Súmulas Aplicáveis 64
11.1. STJ 64
11.2. STF 64
12. Alguns informativos aplicáveis 64
12.1. STJ 64
12.2. STF 65
13. Questões de Concursos públicos 67

Capítulo II
INQUÉRITO POLICIAL 71
1. A persecução criminal 71
2. Polícia Judiciária e Polícia Administrativa 71
2.1. Polícia administrativa ou de segurança 71
2.2. Polícia judiciária 72
3. Conceito e Finalidade do Inquérito Policial 72
3.1. Natureza jurídica do inquérito 72
4. Inquéritos não policiais 72
5. Características do Inquérito Policial 75
5.1. Discricionariedade 75
5.2. Escrito 75
5.3. Sigiloso 76
5.4. Oficialidade 77
5.5. Oficiosidade 77
5.6. Indisponibilidade 77
5.7. Inquisitivo 77
5.8. Autoritariedade 78
5.9. Dispensabilidade 78
6. Competência (atribuição) 78
6.1. Critério territorial 79
6.2. Critério material 79
6.3. Critério em razão da pessoa 79
7. Prazos 79
7.1. Regra geral 79
7.2. Prazos especiais 80
7.3. Contagem do prazo 80
8. Valor probatório 81

9. Vícios 83
10. *Notitia criminis* (notícia do crime) 85
10.1. Conceito 85
10.2. Espécies 85
11. Peças inaugurais do inquérito policial 87
12. Incomunicabilidade 88
13. Providências 89
13.1. Reprodução simulada dos fatos 93
13.2. Indiciamento 94
14. Encerramento 95
14.1. Crimes de ação penal pública 95
14.2. Crimes de ação penal privada 103
15. Considerações finais 103
15.1. Termo circunstanciado 103
15.2. Controle externo da atividade policial 104
16. Quadro sinótico 104
17. Súmulas aplicáveis 109
17.1. STJ 109
17.2. STF 109
18. Alguns informativos aplicáveis 109
18.1. STJ 109
18.2. STF 110
19. Questões de Concursos Públicos 112

Capítulo III
AÇÃO PENAL 119
1. Conceito 119
2. Características 119
2.1. Localização no ordenamento jurídico 120
3. Condições da ação 120
3.1. Conceito 120
3.2. Oportunidade para verificação das condições da ação 124
4. Classificação das ações 125
4.1. Ação penal pública incondicionada 125
4.1.1. Conceito e titularidade 125
4.1.2. Princípios informadores 126
4.1.3. Ação pública condicionada 128
4.1.3.1. Conceito e considerações 128
5. Ação penal privada 134
5.1. Conceito e considerações 134
5.2. Titularidade 135
5.3. Princípios 135
5.4. Espécies de ação penal privada 140
5.5. Custas e honorários advocatícios 142
6. Questões complementares 142
6.1. Ação de prevenção penal 143
6.2. Ação penal *ex officio* 143
6.3. Ação penal pública subsidiária da pública 143
6.4. Ação penal popular 144
6.5. Ação penal nos crimes contra a honra de funcionário público 145

6.6. Ação penal nos crimes contra os costumes 145
6.7. Ação penal secundária 147
6.8. Ação penal adesiva 147
7. Inicial acusatória 148
7.1. Conceito 148
7.2. Requisitos formais 152
7.3. Prazos para oferta da denúncia 152
7.3.1. Prazos especiais para oferta da denúncia 153
7.3.2. Início da contagem do prazo e o seu encerramento 153
7.3.3. Desatendimento do prazo 154
7.4. Prazos para oferta da queixa-crime 154
7.4.1. Prazos especiais 155
7.5. Aditamento da queixa 155
7.6. Rejeição da denúncia ou queixa 157
7.6.1. Repropositura da ação 157
7.6.2. Rejeição X não recebimento 158
7.6.3. Rejeição parcial 158
7.6.4. Recurso para combater a rejeição 159
7.6.5. Fundamentação do recebimento e recebimento tácito 160
8. Quadro sinótico 167
9. Súmulas aplicáveis 167
9.1. STJ 167
9.2. STF 167
10. Alguns informativos aplicáveis 167
10.1. STJ 168
10.2. STF 170
12. Questões de Concursos Públicos 179

Capítulo IV
AÇÃO CIVIL *EX DELICTO* 179
1. Considerações iniciais 179
2. Legitimidade ativa e passiva 179
3. Competência na ação reparatória 181
4. Sistemas processuais 181
5. Suspensão da demanda civil 184
5.1. Regime legal da suspensão 184
6. Execução da sentença condenatória penal 184
7. Sentença absolutória e subordinação temática 185
8. Revisão criminal e ação rescisória 187
9. Prazo prescricional 187
10. Quadro Sinótico 188
11. Súmulas Aplicáveis 189
11.1. STJ 189
12. Alguns informativos aplicáveis 190
12.1. STJ 190
12.2. STF 190
13. Questões de Concursos Públicos 191

Capítulo V
JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA 193
1. Jurisdição 193

1.1. Conceito 193
1.2. Princípios 193
1.2.1. Investidura 193
1.2.2. Indelegabilidade 194
1.2.3. Juiz natural 194
1.2.4. Inafastabilidade 194
1.2.5. Inevitabilidade ou irrecusabilidade 194
1.2.6. Correlação ou relatividade 194
1.2.7. Devido processo legal 198
1.3. Características 198
1.3.1. Inércia 198
1.3.2. Substitutividade 198
1.3.3. Lide 198
1.3.4. Atuação do direito 199
1.3.5. Imutabilidade 199
2. Competência 199
2.1. Conceito 199
2.2. Critérios 199
2.2.1. Competência material 200
2.2.2. Competência funcional 200
2.3. Competência *ratione materiae* 201
2.3.1. Justiça comum estadual 201
2.3.2. Justiça comum federal 201
2.3.3. Competência da justiça especializada militar 210
2.3.4. Competência da justiça especializada eleitoral 211
2.4. Competência *ratione loci* 211
2.4.1. Domicílio ou residência do réu 212
2.4.2. Critério subsidiário 212
2.4.3. Crimes praticados a bordo de navios ou aeronaves 213
2.4.4. Crimes praticados no exterior 214
2.4.5. Súmulas aplicadas 214
2.5. Competência pela natureza da infração 215
2.6. Competência *ratione personae* 215
2.6.1. Prerrogativa de função e manutenção do cargo ou mandato 216
2.6.2. Prerrogativa X tribunal do júri 218
2.6.3. Prerrogativa funcional dos prefeitos 218
2.6.4. Foro privilegiado e deslocamento 218
2.7. Competência absoluta X relativa 219
2.8. Prevenção 219
2.9. Distribuição 220
2.10. Conexão e continência 220
2.10.1. Conexão 220
2.10.2. Continência 222
2.11. Foro prevalente 222
2.12. Separação de processos 226
2.12.1. Separação obrigatória 226
2.12.2. Separação facultativa 228
2.13. *Perpetuatio jurisdicionis* 228
2.13.1. Surgimento de nova vara 229
3. Quadro sinótico 229

4. Súmulas aplicáveis 236
4.1. STJ 236
4.2. STF 236
5. Alguns informativos aplicáveis 237
5.1. STJ 237
5.2. STF 240
6. Questões de Concursos Públicos 242

Capítulo VI
QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES 251
1. Considerações iniciais 251
2. Questões prejudiciais 253
2.1. Classificação 253
2.1.1. Prejudicial homogênea e heterogênea 253
2.1.2. Prejudicial obrigatória e facultativa 254
2.1.3. Prejudicial total e parcial 254
2.1.4. Prejudicial devolutiva e não devolutiva 255
2.2. Natureza jurídica 255
2.3. Sistemas de solução 255
2.4. Processamento da prejudicial obrigatória e da facultativa 256
2.5. Recursos 257
2.6. Prescrição 257
3. Exceções 257
3.1. Conceito 257
3.2. As espécies de exceções e seus processamentos 258
3.2.1. Exceção de suspeição 258
3.2.2. Exceção de incompetência (artigos 108 e 109, CPP) 261
3.2.3. Exceção de litispendência (art. 110, CPP) 262
3.2.4. Exceção de ilegitimidade de parte (art. 110, CPP) 263
3.2.5. Exceção de coisa julgada (*exceptio rei judicatae*) 263
4. Incompatibilidades e impedimentos 265
4.1. Processamento 265
4.2. Efeitos 267
4.3. Recursos 267
5. Conflito de jurisdição 267
5.1. Espécies 267
5.2. Processamento 268
5.3. Recursos 268
6. Conflito de atribuições 269
6.1. Competência para dirimir o conflito 269
6.2. Processamento 270
7. Restituição de coisas apreendidas 271
7.1. Introdução 271
7.2. Autoridade restituinte 271
7.3. Confisco 271
7.4. Procedimento da restituição 271
7.5. Recurso 272
8. Medidas assecuratórias 272
8.1. Seqüestro de bens imóveis 273
8.1.1. Cabimento 273
..... 273

8.1.2. Embargos 273
8.1.3. Recurso 274
8.1.4. Levantamento 274
8.1.5. Destinação ao final do processo 274
8.2. Seqüestro de bens móveis 274
8.2.1. Cabimento 275
8.2.2. Embargos 275
8.2.3. Recurso 275
8.2.4. Levantamento 275
8.2.5. Destinação ao final do processo 275
8.3. Hipoteca legal 275
8.3.1. Cabimento 276
8.3.2. Procedimento 276
8.3.3. Recurso 276
8.3.4. Levantamento 277
8.3.5. Destinação ao final do processo 277
8.4. Arresto de bens móveis (antigo seqüestro definitivo, art. 137, CPP) 277
8.4.1. Cabimento 278
8.4.2. Procedimento 278
8.4.3. Recurso 278
8.4.4. Levantamento 278
8.4.5. Destinação ao final do processo 279
8.5. Arresto de imóveis (antigo seqüestro prévio, art. 136, CPP) 279
8.5.1. Cabimento 279
8.5.2. Recurso 280
9. Incidente de falsidade 280
9.1. Introdução 280
9.2. Espécies 281
9.3. Legitimidade 281
9.4. Procedimento do incidente 282
9.5. Efeitos 282
9.6. Recurso 282
10. Incidente de insanidade mental 282
10.1. Introdução 283
10.2. Procedimento 284
10.3. Seqüência 284
10.4. Recurso 284
10.5. Insanidade que se manifesta no cumprimento da pena 285
10.6. Insanidade superveniente 285
11. Quadro Sinótico 294
12. Súmulas Aplicáveis 294
12.1. STJ 294
13. Alguns Informativos Aplicáveis 294
13.1. STJ 296
13.2. STF 299
14. Questões de concursos públicos 307

Capítulo VII
PROVA 307
1. Teoria Geral da Prova 307

1. 307
1.1. Conceito e finalidade 308
1.2. Destinatários 308
1.3. Natureza jurídica 309
1.4. Objeto 310
1.5. Classificação da prova 310
1.5.1. Quanto ao objeto 310
1.5.2. Quanto ao efeito ou valor 310
1.5.3. Quanto ao sujeito ou causa 311
1.5.4. Quanto à forma ou aparência 311
1.6. Meios de prova 312
1.7. Vedação probatória 314
1.8. Teorias sobre o tema "provas ilícitas" 314
1.8.1. Teoria dos frutos da árvore envenenada *(fruits of the poisonous tree)* 316
1.8.1.1. Teorias decorrentes 320
1.8.2. Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade 323
1.8.3. Teoria da exclusão da ilicitude da prova 323
1.9. Prova emprestada 324
1.10. Ônus da prova 326
1.11. Iniciativa do juiz 328
1.12. Sistemas de apreciação da prova 328
1.12.1. Sistema da certeza moral do juiz ou íntima convicção 328
1.12.2. Sistema da certeza moral do legislador, das regras legais ou da prova tarifada 329
1.12.3. Sistema do livre convencimento motivado ou persuasão racional 330
1.13. Princípios da prova 330
1.13.1. Princípio da auto-responsabilidade das partes 330
1.13.2. Princípio da audiência contraditória 330
1.13.3. Princípio da aquisição ou comunhão 330
1.13.4. Princípio da oralidade 331
1.13.5. Princípio da publicidade 331
1.13.6. Princípio do livre convencimento motivado 331
1.14. Procedimento probatório 332
2. Provas em espécie 332
2.1. Exames periciais 332
2.1.1. Considerações gerais 334
2.1.1.1. Assistente técnico 335
2.1.2. Realização das perícias 336
2.1.3. Apreciação dos laudos periciais 337
2.1.4. Exame de corpo de delito 338
2.1.5. Necessidade do laudo 339
2.1.6. Outras perícias 339
2.1.6.1. Exame necroscópico 340
2.1.6.2. Exame de lesões corporais 341
2.1.6.3. Perícia em incêndio 341
2.1.6.4. Perícia laboratorial 342
2.1.6.5. Exame grafotécnico 343
2.1.6.6. Exame nos instrumentos da infração 343
2.1.6.7. Exame na destruição ou rompimento de obstáculo e na escalada 344
2.1.6.8. Avaliação 345
2.1.6.9. Exame de embriaguez ao volante 346
2.2. Interrogatório do acusado 346

2.2.1. Conceito e natureza jurídica 346
2.2.2. Necessidade e reinterrogatório 348
2.2.3. Formalidades do interrogatório 349
2.2.4. Procedimento 352
2.2.4.1. Preliminares 352
2.2.4.2. Conteúdo 353
2.2.4.3. Formalidades 355
2.2.4.4. Interrogatório do réu menor de vinte e um anos 356
2.2.4.5. Compatibilidade com o inquérito policial 356
2.3. Confissão 359
2.3.1. Conceito e objeto 359
2.3.2. Natureza jurídica 359
2.3.3. Espécies 360
2.3.4. Requisitos 360
2.3.5. Peculiaridades 361
2.3.6. Valor probatório 362
2.3.7. Delação e delação premiada 362
2.4. Perguntas ao ofendido 365
2.4.1. Considerações gerais: conceito e natureza 365
2.4.2. Repercussões processuais 366
2.4.3. Valor probatório das declarações do ofendido 367
2.4.4. Prerrogativas do ofendido 367
2.5. Testemunhas 369
2.5.1. Conceito e natureza 369
2.5.2. Características da prova testemunhal 369
2.5.3. Recusa e impedimento 370
2.5.4. Demais vedações 371
2.5.5. Deveres da testemunha 372
2.5.6. Número de testemunhas 373
2.5.7. Classificação 373
2.5.8. Lugar do depoimento e precatória 374
2.5.9. Testemunho dos militares e funcionários públicos 375
2.5.10. Procedimento para tomar o depoimento 375
2.5.11. O depoimento 377
2.5.12. Falso testemunho e prisão em flagrante 380
2.5.13. Competência para julgamento do falso testemunho 381
2.5.14. Proteção 382
2.5.15. Valor Probatório 382
2.6. Reconhecimento de pessoas e coisas 382
2.6.1. Conceito e natureza jurídica 382
2.6.2. Reconhecimento de pessoas 383
2.6.2.1. Procedimento 383
2.6.2.2. Intimidação 383
2.6.3. Reconhecimento fotográfico e fonográfico 384
2.6.4. Reconhecimento de coisas 384
2.7. Acareação 385
2.7.1. Conceito e natureza 385
2.7.2. Pressupostos 385
2.7.3. Procedimento 385
2.7.4. Valor probatório 385

386
2.8. Documentos 386
2.8.1. Conceito 386
2.8.2. Espécies 387
2.8.3. Requisitos 387
2.8.4. Produção 388
2.9. Tradução 388
2.10. Restituição 388
2.11. Indícios e presunções 388
2.11.1. Conceito 389
2.11.2. Classificação 390
2.11.3. Valor probatório 390
2.12. Busca e apreensão 390
2.12.1. Conceito e natureza jurídica 390
2.12.2. Iniciativa 391
2.12.3. Objeto 393
2.12.4. Momento 393
2.12.5. Espécies 393
2.12.5.1. Busca domiciliar 399
2.12.5.2. Busca pessoal 400
3. Quadro sinótico 415
4. Súmulas aplicáveis 415
4.1. STJ 415
4.2. STF 415
5. Alguns informativos aplicáveis 415
5.1. STJ 417
5.2. STF 420
6. Questões de Concursos Públicos 429

Capítulo VIII
SUJEITOS NO PROCESSO PENAL 429
1. A relação processual penal 429
2. Órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público 429
2.1. Juiz 431
2.2. Ministério Público 433
2.3. Funcionários do Poder Judiciário 434
2.4. Auxiliares do juízo 436
3. Acusado e defensor 438
4. Querelante 439
5. Assistente do Ministério Público 442
6. Assistente da defesa 443
7. Quadro sinótico 444
8. Súmulas aplicáveis 444
8.1. STF 444
9. Alguns informativos aplicáveis 444
9.1 STJ 445
9.2 STF 446
10. Questões de Concursos Públicos 449

Capítulo IX
PRISÕES 449

449
450
1. Conceito 450
2. Formalidades e execução 451
2.1. Mandado de prisão 452
2.2. Restrição de horário e inviolabilidade domiciliar 454
2.3. Prisão em perseguição 454
2.4. Prisão em território diverso da atuação judicial 455
2.5. Prisão especial 459
2.6. Emprego de força e uso de algemas 461
2.7. Regime disciplinar diferenciado (RDD) 461
3. Prisão em flagrante 462
3.1. Conceito 462
3.2. Espécies de flagrante 462
3.2.1. Flagrante próprio (propriamente dito, real ou verdadeiro) 463
3.2.2. Flagrante impróprio (irreal ou quase flagrante) 463
3.2.3. Flagrante presumido (ficto ou assimilado) 463
3.2.4. Flagrante compulsório ou obrigatório 463
3.2.5. Flagrante facultativo 464
3.2.6. Flagrante esperado 466
3.2.7. Flagrante preparado ou provocado 467
3.2.8. Flagrante prorrogado (retardado, postergado, diferido ou ação controlada) 467
3.2.9. Flagrante forjado 468
3.2.10. Flagrante por apresentação 468
4. Flagrante nas várias espécies de crime 468
4.1. Crime permanente 469
4.2. Crime habitual 469
4.3. Crime de ação penal privada e pública condicionada 470
4.4. Crime continuado 471
4.5. Infração de menor potencial ofensivo 471
5. Sujeitos do flagrante 471
5.1. Sujeito ativo 473
5.2. Sujeito passivo 474
5.3. Autoridade competente 476
6. Procedimentos e formalidades 476
6.1. Nota de culpa 477
6.2. Remessa à autoridade 477
7. Prisão preventiva 478
7.1. Conceito 478
7.2. Pressupostos 481
7.3. As hipóteses de decretação 484
7.4. Infrações que comportam a medida 485
7.5. Decretação e sistema recursal 486
7.6. Fundamentação 486
7.7. Revogação 487
7.8. Apresentação espontânea 487
7.9. Preventiva X excludentes de ilicitude 487
8. Prisão temporária 487
8.1. Conceito 488
8.2. Decretação 488
8.3. Cabimento 488
8.3.1. Imprescindibilidade para as investigações do inquérito policial (inciso I) 488

8.3.2. Indiciado não tem residência fixa ou não fornece elementos para sua identificação (inciso II) 489
8.3.3. Quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes relacionados (inciso III) 489
8.4. Prazos 492
8.4.1. Regra geral (art. 2º da Lei n.º 7.960/1989) 492
8.4.2. Crimes hediondos e assemelhados, quais sejam, tráfico, terrorismo e tortura (parágrafo 4º, art. 2º, Lei n.º 8.072/1990) 492
8.5. Procedimento 493
9. Prisão decorrente da decisão de pronúncia 494
10. Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível 496
11. Prisão administrativa 498
12. Prisão civil 499
13. Prisão para averiguações 500
14. Quadro sinótico 500
15. Súmulas aplicáveis 508
15.1. STJ 508
15.2. STF 508
16. Alguns informativos aplicáveis 508
16.1. STJ 508
17. Questões de Concursos Públicos 513

Capítulo X
LIBERDADE PROVISÓRIA 523
1. Conceito 523
2. Espécies 524
2.1. Liberdade provisória obrigatória 524
2.2. Liberdade provisória permitida 525
2.3. Liberdade provisória vedada 525
3. Liberdade provisória sem fiança 525
3.1. Liberdade provisória sem fiança e sem vinculação 525
3.2. Liberdade provisória sem fiança e com vinculação 526
3.2.1. Restrições 528
3.2.2. Fundamentação 531
3.2.3. Outras hipóteses de cabimento 532
3.2.4. Sistema recursal 532
4. Liberdade provisória mediante fiança 532
4.1. Fiança X liberdade provisória mediante fiança 533
4.2. Objetivos da fiança 533
4.3. Valor da fiança 533
4.3.1. Demais critérios para o arbitramento 534
4.4. Modalidades de fiança 535
4.5. Obrigações do afiançado 536
4.6. Vedações legais 537
4.6.1. Vedações do art. 323, CPP 537
4.6.2. Vedações do art. 324, CPP 540
4.6.3. Demais vedações 541
4.7. Quebra da fiança 542
4.8. Perda da fiança 543

4.9. Cassação da fiança 543
4.10. Reforço da fiança 544
4.11. Dispensa da fiança 545
4.12. Procedimento 546
4.13. Execução 546
5. Quadro sinótico 547
6. Súmulas aplicáveis 553
6.1. STJ 553
7. Alguns Informativos Aplicáveis 553
7.1. STJ 553
7.2. STF 555
8. Questões de Concursos Públicos 557

Capítulo XI
ATOS DE COMUNICAÇÃO PROCESSUAL 563
1. Formas de comunicação processual 563
2. Citação 564
2.1. Conceito 564
2.2. Espécies 564
3. Intimação e notificação 571
4. REVELIA E SUSPENSÃO do processo penal 574
5. Informatização do processo judicial 577
6. Quadro Sinótico 579
7. Súmulas Aplicáveis 581
7.1. STF 581
8. Principais Informativos Aplicáveis 581
8.1. STJ 581
8.2. STF 582
9. Questões de Concursos Públicos 584

Capítulo XII
SENTENÇA 589
1. Noção de sentença 589
2. Classificação das sentenças 590
3. Fundamentação e estrutura das sentenças 593
4. Sentenças em processo penal condenatório e seus efeitos 599
4.1. Sentença condenatória 599
4.2. Sentença absolutória 605
4.3. Sentença declaratória de extinção da punibilidade 608
5. Coisa julgada e preclusão 609
6. Quadro Sinótico 610
7. Súmulas aplicáveis 615
7.1. STF 615
8. Alguns informativos aplicáveis 615
8.1. STJ 615
8.2. STF 616
9. Questões de Concursos Públicos 618

Capítulo XIII
PROCEDIMENTOS 623
1. Considerações Gerais 623

2. Procedimento comum 624
2.1. Procedimento comum ordinário (artigos 394 a 405, CPP) 625
2.1.1. Questões complementares 633
2.1.1. Seqüência 639
2.2. Procedimento comum sumário (artigos 531 a 536, CPP) 640
2.2.1. Seqüência 642
2.3. Procedimento comum sumaríssimo (juizados especiais criminais) 643
2.3.1. Considerações iniciais 643
2.3.2. Fase preliminar 644
2.3.3. Audiência preliminar 645
2.3.4. Procedimento sumaríssimo 649
3. Procedimentos especiais 651
3.1. Crimes afiançáveis imputados a funcionário público 653
3.1.1. Peculiaridades do procedimento 654
3.1.2. Seqüência 656
3.2. Crimes contra a honra 656
3.2.1. Seqüência 659
3.3. Entorpecentes 659
3.3.1. Seqüência 664
3.4. Procedimento especial para os crimes falimentares 665
3.5. Outros procedimentos especiais 667
3.5.1. Procedimento criminal da ação penal originária dos tribunais 667
3.5.2. Procedimento para os crimes contra a propriedade imaterial 669
3.5.3. Procedimento para a restauração de autos extraviados 672
4. Procedimento especial dos crimes dolosos contra a vida 674
4.1. Fundamentos do tribunal do júri 674
4.2. Princípios reitores 675
4.3. Características 677
4.4. Rito especial do júri 678
4.4.1. *Judicium accusationis* 679
4.4.1.1. "Sentença" de pronúncia 681
4.4.1.2. Impronúncia 686
4.7. Sentença de absolvição sumária 688
4.8. Decisão de desclassificação da infração penal contra a vida 691
4.9. Rito especial do júri: *judicium causae* 693
4.10. Libelo 695
4.11. Contrariedade ao libelo 697
4.12. Desaforamento 697
4.13. Instalação da sessão do júri 699
4.13.1. Noção de sessão do júri 699
4.13.2.Alistamento dos jurados 700
4.13.3. Organização da pauta 700
4.13.4. Sorteio e convocação dos jurados 701
4.13.6. Reunião e sessões do tribunal do júri 703
4.14. Formação do conselho de sentença 706
4.15. Atos instrutórios 707
4.16. Debates e poderes do juiz 709
4.17. Formulação dos quesitos e votação 710
4.18. Sentença e ata da sessão 714
5. Procedimento especial dos crimes militares 715

721
6. Quadro Sinótico 737
7. Súmulas Aplicáveis 737
7.1. STJ 738
7.2. STF 738
8. Alguns Informativos Aplicáveis 738
8.1. STJ 740
8.2. STF 743
9. Questões de concursos públicos 747

Capítulo XIV
RECURSOS 747
1. Teoria geral dos recursos 747
1.1. Conceito 748
1.2. Natureza jurídica 749
1.3. Fundamentos e o duplo grau de jurisdição 750
1.4. Princípios recursais 753
1.5. Impedimentos 754
1.6. Pressupostos, requisitos e/ou condições de admissibilidade recursal 757
1.7. Efeitos recursais 758
1.8. Extinção dos recursos 759
2. Recursos em espécie 759
2.1. Apelação 759
2.1.1. Noção 760
2.1.2. Interposição 761
2.1.3. Cabimento 763
2.1.4. Processamento 765
2.1.5. Julgamento 767
2.2. Recurso em sentido estrito 767
2.2.1. Noção 768
2.2.2. Interposição 768
2.2.3. Cabimento 772
2.2.4. Processamento 775
2.2.5. Julgamento 776
2.3. Carta testemunhável 776
2.3.1. Noção 777
2.3.2. Interposição 778
2.3.3. Cabimento 778
2.3.4. Processamento 779
2.3.5. Julgamento 780
2.4. Correição Parcial 780
2.4.1. Noção 781
2.4.2. Interposição 781
2.4.3. Cabimento 781
2.4.4. Processamento 782
2.4.5. Julgamento 782
2.5. "Embarguinhos" e embargos de declaração 782
2.5.1. Noção 783
2.5.2. Interposição 783
2.5.3. Cabimento 783
2.5.4. Processamento 783

2.5.5. Julgamento 784
2.6. Protesto por novo júri 785
2.6.1. Noção 785
2.6.2. Interposição 787
2.6.3. Cabimento 787
2.6.4. Processamento 788
2.6.5. Julgamento 789
2.7. Agravo regimental 789
2.7.1. Noção 789
2.7.2. Interposição 790
2.7.3. Cabimento 790
2.7.4. Processamento 791
2.7.5. Julgamento 791
2.8. Embargos infringentes e de nulidade 791
2.8.1. Noção 791
2.8.2. Interposição 792
2.8.3. Cabimento 792
2.8.4. Processamento 793
2.8.5. Julgamento 793
2.9. Recursos especial e extraordinário 794
2.9.1. Noção 794
2.9.2. Interposição 795
2.9.3. Cabimento 795
2.9.4. Processamento 798
2.9.5. Julgamento 800
2.10. Reclamação constitucional 800
2.10.1. Noção 800
2.10.2. Interposição 801
2.10.3. Cabimento 801
2.10.4. Processamento 802
2.10.5. Julgamento 802
2.11. Recurso ordinário constitucional 802
2.11.1. Noção 802
2.11.2. Interposição 802
2.11.3. Cabimento 803
2.11.4. Processamento 804
2.11.5. Julgamento 805
2.12. Agravo de instrumento 805
2.12.1. Noção 805
2.12.2. Interposição 805
2.12.3. Cabimento 806
2.12.4. Processamento 806
2.12.5. Julgamento 807
2.13. Embargos de divergência 807
2.13.1. Noção 807
2.13.2. Interposição 807
2.13.3. Cabimento 807
2.13.4. Processamento 808
2.13.5. Julgamento 808
2.14. Agravo em execução 808
2.14.1. Noção 808

2.14.2. Interposição 808
2.14.3. Cabimento 809
2.14.4. Processamento 809
2.14.5. Julgamento 810
2.15. Reclamação contra a lista geral de jurados 810
2.15.1. Noção, interposição e cabimento 810
2.15.2. Processamento e julgamento 811
3. Quadro Sinótico 811
4. Súmulas aplicáveis 829
4.1. STJ 829
4.2. STF 829
5. Alguns informativos aplicáveis 831
5.1. STJ 831
5.2. STF 833
6. Questões de Concursos Públicos 837

Capítulo XV
NULIDADES 847
1. Nulidade processual em geral 847
1.1. Confronto doutrinário 847
1.2. Noção de nulidade 849
1.3. Classificações das nulidades 850
1.4. Princípios informativos das nulidades 852
2. Da inexistência 855
3. Nulidades absolutas e relativas 856
3.1. A argüição de nulidade 856
3.2. Efeitos 858
4. Hipóteses passíveis de reconhecimento judicial de nulidade 859
4.1. Falta ou deficiência de defesa 859
4.2. Ilegitimidade da parte 860
4.3. Incompetência do juízo 861
4.4. Suspeição, impedimento ou suborno do juiz 863
4.5. Inexistência ou defeito de peça acusatória ou de representação 863
4.6. Ausência de intervenção do Ministério Público 864
4.7. Ausência ou defeito de citação e do interrogatório do réu 865
4.8. Sentença de pronúncia e libelo-crime acusatório (revogado) defeituosos 867
4.9. Não-intimação do réu da data de julgamento 868
4.10. Presença de pelo menos quinze jurados para o júri 869
4.11. Concessão de prazos processuais 869
4.12. Falta de intimação de testemunhas 870
4.13. Falta de exame de corpo de delito nos crimes que deixam vestígios 871
4.14. Irregularidade no sorteio e incomunicabilidade dos jurados 871
4.15. Defeito ou contradição na quesitação e nas respectivas respostas no júri 872
4.16. Irregularidades surgidas nos debates perante o tribunal popular 873
4.17. Vícios na sentença 874
4.18. Descumprimento de disposição que preconiza reexame necessário 875
4.19. Falta ou irregularidade na intimação de atos processuais 876
4.20. Descumprimento do *quorum* legal de julgamento nos tribunais 876
4.21. Omissão de formalidade essencial de ato processual 876
5. Reconhecimento judicial da nulidade e saneamento do ato processual penal 877
6. Quadro Sinótico 878
7. Súmulas aplicáveis 885

7.1. STF 885
8. Alguns informativos aplicáveis 885
8.1. STJ 885
8.2. STF 888
9. Questões de Concursos Públicos 890

Capítulo XVI
AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO 895
1. De ordem geral 895
2. *Habeas corpus* 895
2.1. Fundamentos 895
2.2. Cabimento 897
2.2.1. Violação à liberdade de ir e vir 897
2.2.2. Habeas corpus preventivo, repressivo e suspensivo 899
2.2.3. Crime com pena privativa de liberdade 899
2.2.4. Transgressão disciplinar 900
2.3. Processamento e julgamento 901
2.3.1. Competência 901
2.3.2. Legitimidade ativa e passiva 903
2.3.3. Forma de propositura 904
2.3.4. Rito processual 904
2.3.5. Julgamento 906
2.3.6. Trancamento do inquérito, do processo ou do termo circunstanciado de ocorrência ... 908
2.3.7. Habeas corpus ex officio, liberdade provisória e relaxamento de prisão 909
2.3.8. Recursos em *habeas corpus* 909
3. Mandado de Segurança 910
3.1. Fundamentos 910
3.2. Cabimento 911
3.3. Processamento e julgamento 914
3.3.1. Competência 914
3.3.2. Legitimidade ativa e passiva 915
3.3.3. Procedimento do mandado de segurança 916
3.3.4. Julgamento 918
4. Revisão Criminal 919
4.1. Fundamentos 919
4.2. Cabimento 920
4.3. Processamento e julgamento 921
4.3.1. Competência 921
4.3.2. Legitimidade *ad causam* 921
4.3.3. Propositura 922
4.3.4. Rito da revisão criminal 923
4.3.5. Julgamento e indenização 923
5. Quadro sinótico 925
6. Súmulas aplicáveis 935
6.1. STJ 935
6.2. STF 935
7. Alguns informativos aplicáveis 936
7.1. STJ 936
7.2. STF 939
8. Questões de Concursos Públicos 944

BIBLIOGRAFIA 949